

## Organização dos espaços nas creches: possibilidades e limites

Ana Luisa Nogueira de AMORIM  
[analuisaamorim@hotmail.com](mailto:analuisaamorim@hotmail.com) – UFPB

Adelaide Alves DIAS  
[adelaide.ufpb@gmail.com](mailto:adelaide.ufpb@gmail.com) - UFPB

### Resumo

O objetivo deste texto é discutir a importância da organização dos espaços destinados às crianças nas creches, tomando por base a compreensão de que a organização dos ambientes destinados à Educação Infantil interfere nas práticas educativas, podendo ou não favorecer o desenvolvimento das crianças. Apresenta parte dos resultados de pesquisa de campo realizada em tese de doutorado, desenvolvida a partir de observação realizada em creches públicas de um município paraibano. Os dados produzidos na pesquisa foram registrados em diário de campo e enriquecidos com fotos que registraram alguns ambientes das creches. A análise dos dados indicou a desconsideração dos parâmetros nacionais estabelecidos e a falta de planejamento e organização dos espaços. Na maioria das creches, constatamos a falta de equipamentos, brinquedos, objetos e materiais, indispensáveis para a realização de um trabalho pedagógico de boa qualidade capaz de favorecer o desenvolvimento pleno e integral das crianças. Tais análises evidenciaram os descompassos identificados entre os documentos nacionais e locais e aquilo que ocorria nas creches; retomando a discussão sobre a não superação da dicotomia cuidar e educar, e da concepção assistencialista de Educação Infantil que ainda permeiam as concepções sobre crianças e a organização das instituições no contexto municipal.

**Palavras chave:** Educação Infantil. Creche. Organização do espaço.

### Room organization in day care centers: potentiality and limits

#### Abstract

The objective of this text is to discuss the importance of organization of the spaces for young children in daycare, based on the understanding that the organization of environments for the Early Childhood Education interfere in educational practices that may or may not favor the development of children. Presents some results of field research on a doctoral thesis, developed from the observation made in public daycare centers in a city in Paraíba. The data produced in the survey were recorded in a field diary and enriched with photos that recorded some environments of daycare centers. Data analysis indicated the disregard of established national parameters and lack of planning and organization of spaces. In most the daycare centers, noticed the lack of equipment, toys, objects and materials indispensable to achieve a good quality of pedagogical work can facilitate the full and integral development of children. These analyzes revealed the mismatches identified between the national and local documents and

what occurred in daycare centers, resuming the discussion of not overcoming dichotomy care and education, and conception of child care that still permeate the views on children and the organization of municipal institutions in the context.

**Key words:** Early Childhood Education. Daycare. Organization of space.

## 1. Introdução

Este texto tem o objetivo de discutir a importância da organização dos espaços destinados às crianças pequenas em creches. Apresenta parte dos resultados de pesquisa de campo realizada em tese de doutorado (AMORIM, 2011). Tais resultados referem-se à primeira fase da pesquisa, na qual realizamos visitas exploratórias em sete creches situadas na zona urbana de um município paraibano<sup>1</sup>, com o objetivo de nos aproximarmos da realidade das creches municipais.

O interesse em analisar o espaço físico das creches se pautou na compreensão de que a organização dos ambientes destinados à Educação Infantil interfere nas práticas educativas e pode ou não favorecer o desenvolvimento das crianças (BARBOSA, 2010; CARVALHO; RUBIANO, 2001; STRENZEL, 2002; 2003).

O texto está organizado em duas partes: na primeira abordamos a importância da organização dos espaços das creches, no sentido de favorecer o desenvolvimento das crianças e na segunda discutimos os dados da pesquisa. Por fim, tecemos considerações finais na interface entre o teórico, o normativo e o observado no contexto das creches.

## 2. A importância da organização do espaço nas creches

Na primeira etapa de nossa pesquisa de doutorado sentimos a necessidade de nos aproximarmos da realidade das creches municipais. A intenção era observar, caracterizar e analisar as creches em seus diferentes aspectos: espaço físico, infraestrutura, profissionais, proposta pedagógica, sua rotina, o berçário, as crianças etc. Neste texto, damos ênfase à análise do espaço e da infraestrutura das creches, sem, no entanto, deixarmos de abordar os demais pontos, vez que o objetivo central de nossa tese foi analisar o currículo em ação na creche a partir das atividades praticadas com as crianças de 0 a 3 anos de idade.

---

1 Em 2010, o município possuía 14 creches, sendo 10 situadas na zona urbana e 04 situadas na zona rural. Na primeira fase da pesquisa, realizamos visitas exploratórias em 07 das 08 creches situadas na zona urbana do município e que atendiam crianças menores de 3 anos em salas de Berçário.

Para nós, as crianças dessa idade são ao mesmo tempo frágeis, vulneráveis e dependentes, mas são também capazes de interagir com o mundo e com os outros indivíduos. São seres globais e indivisíveis que precisam ser cuidados e educados de maneira indissociável (ARCE; SILVA, 2009; BARBOSA, 2008; 2010; BARBOSA; RICHTER, 2009; DIAS, 2005; OLIVEIRA, 2005).

Ao assumirmos a compreensão da Educação Infantil como direito das crianças e como o “[...] lugar por excelência de sistematização dos elementos educativos indispensáveis à disponibilização dos mecanismos intencionais de socialização, capaz de oferecer à criança pequena as condições de interação e integração ao mundo que a cerca” (DIAS, 2005, p. 23), compreendemos que pensar e organizar o espaço destinado às crianças nas creches é uma questão de garantir o direito das crianças a terem acesso a ambientes que lhes proporcionem a exploração dos espaços e dos equipamentos, bem como os mais variados tipos de interações, garantindo-lhes possibilidade de desenvolverem-se de forma plena e integral.

Conforme afirma Barbosa (2010, p. 07), “a pesquisa sobre o espaço físico nos ensina que os ambientes possuem uma linguagem silenciosa, porém potente”. Nessa perspectiva, observar o espaço destinado às crianças poderia nos revelar as concepções de criança e de infância, bem como as concepções educacionais e as propostas pedagógicas/curriculares a elas destinadas.

Diferentes áreas do conhecimento que realizam estudos sobre as crianças têm enfatizado a importância das interações adultos-crianças e crianças-crianças para o desenvolvimento infantil.

Vygotsky (1991, 1993) afirma que as crianças se desenvolvem e se relacionam com o mundo que as cercam a partir das interações que estabelecem. Tais interações ocorrem no campo da cultura, ou seja, é o contexto sócio-histórico e cultural que dá significado ao mundo. Assim, é a partir das interações que as crianças estabelecem com os adultos, com outras crianças e com o meio cultural que as cercam que elas se desenvolvem e aprendem, formam conceitos e constroem conhecimento.

Os recentes estudos das áreas da Sociologia da Infância e da Antropologia da Criança enfatizam a necessidade das interações crianças-crianças no sentido de favorecer a socialização na cultura de seu grupo, por meio da cultura de pares (COHN, 2005; SARMENTO, 2007; 2008).

Segundo Carvalho e Rubiano (2001, p. 117),

considerar as interações entre crianças como tão importantes quanto as interações adulto-criança para o desenvolvimento infantil suscita questões sobre como os ambientes podem favorecer ou dificultar a ocorrência de interações, principalmente entre crianças pequenas em ambientes coletivos, tais como em creches.

Dentre as condições ambientais que favorecem a interação entre crianças, destaca-se o arranjo espacial, que diz respeito à maneira como móveis e equipamentos existentes em um local posicionam-se entre si.

Pensando nessa questão, analisamos o espaço de sete creches municipais, com especial destaque para aqueles destinados às crianças de 0 a 3 anos de idade, no sentido de verificarmos como esses ambientes podem proporcionar ou dificultar as interações adultos-crianças e crianças-crianças nas creches e, conseqüentemente, proporcionar ou não o desenvolvimento e a aprendizagem infantil. Para tanto, nos embasamos nas contribuições de Carvalho e Rubiano (2001), Silva e Cunha (2007), Strenzel (2002, 2003), Thiago (2007) e Moura (2009) que enfatizam a importância da organização do espaço no sentido de promover o desenvolvimento e garantir uma educação infantil de boa qualidade. A essas análises, somaram-se o estudo de documentos nacionais e municipais (legais e normativos) referentes ao tema.

Tomando por base o que enfatiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996, ao afirmar em seu artigo 29 que “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”, buscamos identificar em outros documentos nacionais o que se afirmava sobre a importância da organização dos ambientes das creches no sentido de favorecer o desenvolvimento das crianças.

Na Política Nacional de Educação Infantil (2005), afirma-se que um dos pontos importantes é a qualidade do atendimento às crianças nas instituições de Educação Infantil. Nesse ponto, o documento define como uma de suas diretrizes que “a qualidade na Educação Infantil deve ser assegurada por meio do estabelecimento de parâmetros de qualidade” (BRASIL, PNEI, 2005, p. 17).

Essa diretriz se articula com os objetivos de “assegurar a qualidade do atendimento em instituições de Educação Infantil (creches, entidades equivalentes e pré-escolas)” e de “garantir espaços físicos, equipamentos, brinquedos e materiais adequados nas instituições de Educação

Infantil, considerando as necessidades educacionais especiais e a diversidade cultural” (BRASIL, PNEI, 2005, p. 19). Para alcançar esses objetivos, a Política define, dentre suas metas:

Divulgar permanentemente parâmetros de qualidade dos serviços de educação infantil como referência para a supervisão, o controle e a avaliação e como instrumento para a adoção de medidas de melhoria da qualidade.

Divulgar, permanentemente, padrões mínimos de infra-estrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) públicas e privadas, que, respeitando as diversidades regionais, assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:

- espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;
- instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças;
- instalação para preparo e/ou serviço de alimentação;
- ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as
- diretrizes curriculares e a metodologia da Educação Infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brincar;
- mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;
- adequação às características das crianças com necessidades educacionais especiais

(BRASIL, 2005, p. 21-22).

Como estratégias para alcançar essas metas de qualidade, afirma que é preciso “definir parâmetros nacionais de qualidade para o atendimento nas instituições de Educação Infantil, considerando as legislações vigentes, as teorias e as pesquisas da área” e “elaborar padrões de infra-estrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil, considerando as características regionais” (BRASIL, 2005, p. 24).

Analisando os pontos em destaque, compreendemos que a Política coloca como uma de suas metas a oferta de uma Educação Infantil de qualidade e, para tanto, define a necessidade de elaboração e divulgação de parâmetros de qualidade para a organização das instituições enfatizando que os ambientes, os materiais, os equipamentos e os brinquedos sejam adequados às necessidades e características das crianças e das próprias instituições, levando em conta a cultura, as especificidades e a realidade locais. Como desdobramentos dessas metas, em

2006, foram publicados os “Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil” e os “Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil” e, em 2009, os “Indicadores da Qualidade na Educação Infantil”.

O documento “Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil” tem o objetivo de “estabelecer padrões de referência orientadores para o sistema educacional no que se refere à organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil” (BRASIL, PNQEI, 2006a, p. 08). Dentre os diversos parâmetros apresentados, destacamos àqueles que compõem a seção “Quanto à infra-estrutura das instituições de Educação Infantil” e enfatizam a importância de que se compreenda que os espaços, os materiais e os equipamentos das instituições são destinados, prioritariamente, às crianças e, portanto, precisam ser construídos e organizados com vistas a atender às suas diversas necessidades, bem como possibilitar as interações entre as crianças e entre adultos e crianças, no sentido de promover e estimular o desenvolvimento e suas aprendizagens (BRASIL, PNQEI, 2006a, p. 42-45).

Os “Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil” apresentam os parâmetros que devem nortear a elaboração do projeto arquitetônico e a construção das instituições de Educação Infantil.

Reconhecendo a criança “como sujeito principal do processo educacional e como principal usuário do ambiente educacional”, o documento expõe que “a reflexão sobre as necessidades de desenvolvimento da criança (físico, psicológico, intelectual e social) constitui-se em requisito essencial para a formulação dos espaços/lugares destinados à Educação Infantil” e afirma que o projeto de construção de novas unidades educacionais deve levar em conta os parâmetros contextuais/ambientais, as características do terreno, a localização, a adequação da edificação aos parâmetros ambientais, os parâmetros funcionais e estéticos, a organização espacial, as áreas de recreação e vivência, a ambientação e aparência interna, os acessos e os percursos; bem como deve considerar os parâmetros técnicos no que diz respeito aos serviços básicos de infraestrutura, tais como água, esgoto e energia elétrica, os materiais utilizados, o acabamento da obra e, principalmente, a articulação com a proposta pedagógica da instituição (BRASIL, PBIEIEI, 2006b, p. 21).

O documento apresenta, ainda, sugestões sobre projetos de reforma e adaptação das instituições já existentes; bem como traz dados referentes à legislação brasileira e aos documentos oficiais que abordam a questão da definição de critérios de qualidade para a infraestrutura das instituições de Educação Infantil.

Reconhecendo a necessidade de avaliar as ações educativas das instituições de Educação Infantil, o Ministério da Educação elaborou o documento “Indicadores da Qualidade na Educação Infantil” que “caracteriza-se como um instrumento de autoavaliação da qualidade das instituições de educação infantil, por meio de um processo participativo e aberto a toda a comunidade” (BRASIL, IQEI, 2009, p. 7).

Seu objetivo é traduzir e detalhar os parâmetros apresentados no documento “Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil” em indicadores operacionais que auxiliem os sistemas de ensino e as instituições na realização de uma autoavaliação da qualidade de creches e pré-escolas e

pretende ser um instrumento que ajude os coletivos – equipes e comunidade – das instituições de educação infantil a encontrar seu próprio caminho na direção de práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais das crianças e ajudem a construir uma sociedade mais democrática (BRASIL, IQEI, 2009, p. 12).

De acordo com o documento, “indicadores são sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo” e “apresentam a qualidade da instituição de educação infantil em relação a importantes elementos de sua realidade: as dimensões” (BRASIL, IQEI, 2009, p. 13). O documento define sete dimensões fundamentais a serem consideradas na autoavaliação das instituições, a saber: 1 – planejamento institucional; 2 – multiplicidade de experiências e linguagens; 3 – interações; 4 – promoção da saúde; 5 – espaços, materiais e mobiliários; 6 – formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais; 7 – cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social. Essas dimensões são avaliadas através de indicadores que, por sua vez, são avaliados a partir da resposta a algumas questões.

Neste texto, analisamos as dimensões “3 – interações” e “5 – espaços, materiais e mobiliários”. A dimensão “3 – interações” é avaliada com base nos seguintes indicadores: 3.1 Respeito à dignidade das crianças; 3.2 Respeito ao ritmo das crianças; 3.3 Respeito à identidade, desejos e interesses das crianças; 3.4 Respeito às ideias, conquistas e produções das crianças; 3.5 Interação entre crianças e crianças. Esses indicadores se pautam na concepção de que a instituição de Educação Infantil é um espaço coletivo de convivência educacional e que deve proporcionar interações formadoras entre crianças e adultos e crianças e crianças, baseadas nos valores sociais que fundamentam a proposta pedagógica da instituição (BRASIL, IQEI, 2009, p. 43).

E a dimensão “5 – espaços, materiais e mobiliários” é avaliada com base nos indicadores: 5.1 Espaços e mobiliários que favorecem as experiências das crianças; 5.2 Materiais variados e acessíveis às crianças e 5.3 Espaços, materiais e mobiliários para responder aos interesses e necessidades dos adultos. Tais indicadores partem da concepção de que “os ambientes físicos da instituição de educação infantil devem refletir uma concepção de educação e cuidado respeitosa das necessidades de desenvolvimento das crianças, em todos seus aspectos: físico, afetivo, cognitivo, criativo” e serem organizados de modo a favorecer as experiências das crianças, tanto de bebês como de crianças maiores, inclusive pensando no acesso das crianças aos brinquedos e equipamentos disponíveis, bem como atentando para a quantidade de materiais e brinquedos de acordo com o número de crianças (BRASIL, IQEI, 2009, p. 48).

Da análise dessas dimensões e indicadores evidencia-se que o documento reafirma a importância da instituição de Educação Infantil elaborar, implementar, acompanhar e avaliar a sua Proposta Pedagógica, no sentido de que isso proporcione a realização de práticas educativas sistemáticas e coerentes, capazes de conhecer, respeitar e garantir os direitos educacionais das crianças nelas atendidas. Destaca-se, ainda, a reafirmação de que cabe a cada instituição a responsabilidade pela elaboração e implementação de sua proposta, que deve ter ocorrido de forma coletiva e participativa, uma vez que cada instituição possui uma realidade própria.

A análise desses documentos permitiu-nos compreender sua articulação com o que se discutia no campo teórico, ou seja, a importância da organização dos espaços das instituições no sentido de favorecer o desenvolvimento das crianças ali atendidas. Enfatizando-se, ainda, a necessidade de que esta organização esteja de acordo com a realidade de cada instituição, a partir da articulação com sua proposta pedagógica.

Assim, ao nos aproximarmos da realidade das creches públicas de um município paraibano, buscamos identificar se o que se discutia no campo teórico e se recomendava nos documentos oficiais estava presente no contexto das instituições visitadas. São essas questões que discutimos na segunda parte deste texto.



### 3. A organização dos espaços: entre o proposto e o vivido

Nas visitas exploratórias, realizadas em sete creches públicas localizadas na zona urbana do município, o primeiro aspecto observado foi o espaço físico das creches. Neste ponto, nos interessava verificar: a organização espacial da creche, a fachada, entrada e sala de recepção, sala da direção, refeitório, pátio (coberto e/ou descoberto), parquinho, salas para o berçário (de atividade e de repouso), banheiros e sala de professores.

A análise dos espaços das creches foi realizada com base em um roteiro de observação previamente elaborado, por nós, a partir da análise do documento nacional intitulado “Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil” (PBIEIEI, 2006b). A escolha do documento nacional se deu em virtude do município não possuir um documento próprio que tratasse do assunto, mesmo que o Plano Municipal de Educação (PME, 2004) afirmasse em sua segunda meta que um documento com esse teor deveria ter sido elaborado até 2008.

Para cada aspecto observado apresentamos partes do documento nacional e confrontamos com a realidade das creches municipais, através da análise do Diário de Campo da pesquisa e também de fotos<sup>2</sup> que enriqueceram as análises e ilustram os pontos em destaque. Para a análise crítica desses dados recorreremos às contribuições do aporte teórico estudado, compreendendo que

a organização do espaço [...] precisa constituir-se num promotor de uma educação infantil de qualidade. Seja pela promoção da independência da criança, como via de construção de sua própria noção espacial, seja pelo desenvolvimento da sua criatividade, da estruturação lógica e, ainda, como um fomentador da cultura (MOURA, 2009, p. 26).

O primeiro aspecto observado foi a organização espacial das creches. Nesse ponto, destacamos o parâmetro 5.2<sup>3</sup> que afirma:

5.2. quando o espaço permitir a setorização clara dos conjuntos funcionais (sociopedagógico, assistência, técnico e serviço), irá favorecer as relações intra e interpessoais, além de estabelecer uma melhor compreensão da localização dos ambientes, facilitando a apropriação destes pelos usuários.

---

2 As fotos que apresentamos neste capítulo fazem parte do arquivo pessoal de pesquisa e foram feitas pela pesquisadora nas visitas às creches do município.

3 A numeração dos parâmetros em cada tópico do documento foi adotada por nós, seguindo a ordem sequenciada em que se apresentam, uma vez que o documento não as enumera. Essa numeração foi adotada apenas com o objetivo de facilitar a análise.

Ambientes próximos bem localizados, ordenados, que estimulem a convivência, promovem situações prazerosas e seguras, bem como valorizam a interação pretendida (BRASIL, PBIEIEI, 2006b, p. 25).

Fizemos esse destaque, pois nas creches visitadas pudemos perceber que aquelas que foram construídas ou reformadas e possuem setores e espaços mais diferenciados, isso facilita a realização de um melhor trabalho com as crianças.

Em relação às fachadas, o documento enfatiza em seu parâmetro 8.6 que

**8.6. Essa entrada principal deve ser marcante e identificada pela comunidade**, e os percursos desenvolvidos a partir desta devem ser facilmente reconhecíveis. **É importante que se diferencie de algum modo do contexto urbano**, destacando-se e revelando sua importância e significado como edificação destinada à educação, com imagem reconhecida e compartilhada pela comunidade (castelos d'água e totens de identificação imprimem uma marca à instituição, acentuando seu caráter). (BRASIL, PBIEIEI, 2006b, p. 32- grifos meus).

Pudemos perceber que, das sete creches visitadas, apenas duas estavam de acordo com essa recomendação. Destacamos que ao chegarmos para visitar as creches foi que percebemos a importância do que estava posto nos documentos. Afirmamos isso porque nas creches que atendiam a recomendação, percebemos que a fachada era agradável, o muro estava pintado com o nome da creche e possuía portão com cobertura, o que chamava a atenção para a entrada da instituição. Enquanto nas outras, que não atendiam a recomendação, chegamos a ficar em dúvida se aquele era mesmo o acesso principal da creche.

Sobre as salas de recepção, destacamos os parâmetros 8.4 e 8.5 que afirmam ser preciso

**8.4. Valorizar o espaço de chegada à Unidade de Educação Infantil, espaço de transição entre o ambiente exterior e os ambientes da UEI propriamente ditos.** O tratamento dessa área vai incluir paisagismo, proteção contra intempéries e comunicação visual adequada, localizando os setores da unidade e indicando com clareza a recepção principal.

**8.5. A existência de um espaço acolhedor e convidativo logo na entrada da UEI pode estabelecer um “ponto de encontro”,** um ambiente de convivência, capaz de congrega pais, crianças e professores, estreitando a relação entre a comunidade e a UEI (BRASIL, PBIEIEI, 2006b, p. 31-32 – grifos meus).

Com base nos destaques acima, nos questionamos: esse ambiente acolhedor e convidativo estava garantido nas creches observadas? Pudemos observar que em algumas creches sim, pois cinco das creches visitadas possuíam esse espaço. Inclusive, ressaltamos que

esse foi um ponto que muito nos chamou a atenção, pois nas escolas de Ensino Fundamental do município não existiam essas salas de recepção. Em algumas das creches visitadas, as salas de recepção até parecem os terraços ou as salas de estar de nossas casas. Em algumas delas, a primeira impressão é que estamos entrando em um ambiente muito próximo de nossas residências, como podemos observar nas fotos que apresentamos a seguir:



*Foto 01 – Sala de recepção*



*Foto 02 – Sala de recepção com sofás*

Como pudemos perceber, logo na entrada, essas creches possuem salas de recepção com cadeiras e/ou sofás aconchegantes que dão a sensação de estarmos entrando em uma casa, algo que não se vê nas escolas de Ensino Fundamental do município que não dispõem desse espaço de convivência, que também serve para receber pais e visitas. Entretanto, nos perguntávamos: havia “encontros” nesses ambientes? As crianças, os pais e as professoras utilizavam esses espaços? E podemos responder que durante nossas observações, vimos algumas mães serem recebidas pelas diretoras nesses espaços. Mas em nenhum momento vimos as crianças e as professoras ocupando e desfrutando desses espaços no decorrer de nossas visitas.

Junto à entrada e a essas salas de recepção, encontram-se as salas de direção das creches. Essas, entretanto, em nada se diferenciam das salas de direção das escolas. Na maioria das vezes, estão localizadas junto à entrada da creche e possuem mesa e cadeiras, estantes com materiais didáticos e armário de aço para a documentação da instituição. Algumas, porém, são muito pequenas. Outras possuem uma salinha anexa onde ficam armazenados os alimentos não perecíveis para a merenda escolar e/ou os materiais de higiene e limpeza, como é o caso da sala

da direção de duas das creches visitadas que são pequenas e possuem esse espaço anexo, como se fosse uma despensa. A seguir, ilustramos com um exemplo da sala de direção de uma das creches visitadas:



*Foto 03 – Foto da sala de direção de uma das creches municipais.*

Com relação à cozinha e ao refeitório, o parâmetro 7.13 recomenda que “o refeitório deve distinguir duas áreas distintas: preparo de alimentação e refeição. É importante que possibilite boas condições de higiene, ventilação e segurança; prever mobiliário adequado tanto à refeição das crianças quanto à dos adultos” (BRASIL, PBIEIEI, 2006b, p. 30).

Nesse ponto, percebemos que as instituições atendem, em parte, a essa recomendação. Algumas creches possuem áreas distintas para a preparação dos alimentos e para servir as refeições. Entretanto, no que diz respeito à iluminação e ventilação, alguns dos refeitórios são escuros e quase sem ventilação. E no que diz respeito ao mobiliário, todas estão adequados às crianças, mas algumas creches não possuem espaços adequados à alimentação das educadoras. Abaixo, apresentamos fotos do refeitório de duas creches, indicando a separação entre a cozinha e o lugar da refeição:



Foto 04 – Refeitório



Foto 05 - Refeitório

Sobre as áreas de recreação e vivências, interessava-nos verificar os pátios (cobertos e descobertos) e os parquinhos infantis. Assim, destacamos os parâmetros 6.1, 6.2, 6.6, 6.7, 6.8 e 6.9 que afirmam que

6.1. A valorização dos espaços de recreação e vivência vai incrementar a interação das crianças, a partir do desenvolvimento de jogos, brincadeiras e atividades coletivas, além de propiciar uma leitura do mundo com base no conhecimento do meio ambiente imediato. O próprio reconhecimento da criança de seu corpo (suas proporções, possibilidades e movimento) poderá ser refinado pela relação com o mundo exterior.

6.2. A interação com o ambiente natural estimula a curiosidade e a criatividade. Sempre que for possível, deve-se promover um cuidado especial com o tratamento paisagístico, que inclui não só o aproveitamento da vegetação, mas também os diferentes tipos de recobrimento do solo, como areia, grama, terra e caminhos pavimentados.

6.6. A criança deve cada vez mais apropriar-se do ambiente. As áreas de brincadeira deverão oferecer segurança, sem serem limitadoras das possibilidades de exploração do universo infantil.

6.7. É importante planejar a inclusão de brinquedos para diferentes faixas etárias, brinquedos que estimulem diferentes usos e atividades. Os confeccionados com materiais naturais da região costumam ser mais atrativos. Sempre que possível, é interessante que as áreas externas sejam abastecidas com objetos ou equipamentos soltos, permitindo às crianças desenvolver sua tendência natural de fantasiar, a partir de brinquedos que possam ser manipulados, transportados e transformados.

6.8. Os aparelhos fixos de recreação, quando existirem, devem atender às normas de segurança do fabricante e ser objeto de conservação e manutenção periódicas.

6.9. As áreas de vivência ou ponto de encontro podem também funcionar em determinados trechos mais amplos das circulações horizontais, suavizando a desagradável sensação proporcionada pela grande extensão de corredores. Na

organização e na setorização das áreas de vivência e recreação, precisam ser previstos espaços cobertos que possam oferecer a oportunidade de utilização em dias chuvosos ou a flexibilidade de uso para atividades diferenciadas (BRASIL, PBIEIEI, 2006b, p. 26-28 – grifos nossos).

Nesse ponto, percebemos que a maioria das creches visitadas não possui esses espaços e, mesmo nas que o possuem, as crianças menores de 3 anos praticamente não o utilizam. Nos momentos de nossas visitas, só vimos as crianças de uma das creches saindo da sala para brincarem no pátio. Nas demais creches, o que vimos foram as crianças permanecerem nas salas de atividade. Em duas das creches, as saídas das crianças da sala do Berçário se resumiram às idas ao banheiro (naquelas em que o banheiro se localiza fora da sala), ao refeitório e à sala de repouso para dormirem depois do almoço (naquela em que a sala de repouso é separada da sala de atividade). Em algumas situações, percebemos que as crianças ficavam o dia inteiro confinadas em uma única sala na qual eram recebidas, brincavam, se alimentavam, dormiam, tomavam banho e eram entregues aos pais no final da tarde.

Sobre as áreas descobertas das creches, podemos afirmar que cinco das sete creches visitadas possuíam um amplo terreno ao redor dos espaços construídos. Entretanto, não podemos afirmar que elas possuíam pátios descobertos, pois esses espaços estavam abandonados e não eram utilizados pelas crianças.

Com relação aos pátios cobertos, podemos afirmar que apenas uma possuía esse espaço (Foto 06), uma possuía um Auditório que era utilizado nas brincadeiras infantis (Foto 07), três possuíam um espaço que poderia ser utilizado como pátio coberto, mas não o faziam, e duas não possuíam um espaço que pudesse ser aproveitado para esse fim. Observando o espaço do Auditório, entendemos que este poderia se constituir num espaço privilegiado de vivência e recreação, entretanto, durante a realização das visitas não o vimos sendo bem aproveitado.



*Foto 06 – Pátio coberto (com brinquedos fixos ao fundo, no pátio descoberto).*



*Foto 07 – Auditório que serve de pátio coberto*

De acordo com Barbosa (2010, p. 13), “é importante que todos os dias os bebês vivenciem situações que incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza”. Assim, além das ações a serem desenvolvidas nas salas de atividades, entendemos que os momentos destinados às explorações e brincadeiras nas áreas externas, como pátios e parquinhos, são fundamentais para isso. Daí a autora ressaltar a importância dos bebês e crianças pequenas irem diariamente aos pátios das instituições, pois “este é um procedimento saudável e também uma importante situação de integração com as demais pessoas da escola, especialmente porque promove interações entre crianças da mesma idade e crianças de diferentes idades”.

Sobre a existência de parques infantis, das sete creches visitadas, apenas três possuíam parquinho. Mesmo assim, esses equipamentos estavam em precárias condições de conservação e uso e alguns brinquedos não eram utilizados pelas crianças, estando, portanto, em desacordo com o que recomenda o parâmetro 6.8 destacado.



*Foto 08 – Parquinho.*



*Foto 09 – Pátio descoberto com parquinho*

Observando a foto 08 nos perguntávamos: o parquinho é isso, um único balanço? E o espaço para a movimentação das crianças? Como as crianças utilizavam esse equipamento?

Conforme pudemos constatar, o balanço é quase um objeto decorativo na entrada de uma das creches. Ele era utilizado por poucas crianças nos momentos de entrada e saída da creche, enquanto mães e professoras conversavam. Já o parquinho da foto 09, estava instalado no pátio descoberto e era bastante utilizado pelas crianças, apesar do brinquedo que gira (brinquedo azul claro, canto direito da foto) encontrar-se quebrado.

De acordo com Carvalho e Rubiano (2001, p. 110-111), os espaços infantis “devem favorecer oportunidades para as crianças andarem, correrem, subirem, descerem e pularem com segurança, permitindo-lhes tentar, falhar e tentar novamente”. Para as autoras, o espaço ideal para as crianças nos primeiros três anos de vida deveria ser um ambiente capaz de “oferecer oportunidades freqüentes para a criança aprender a se mover e a controlar o próprio corpo no espaço, convidando a movimentos tais como: sentar, balançar o próprio corpo, engatinhar, saltar, correr, subir, pular, agarrar-se, pendurar-se, curvar-se e girar”.

Para nós, o local que por excelência oferece essas condições de ampla movimentação das crianças são os pátios cobertos e descobertos e, principalmente, os parquinhos. Com brinquedos adequados, tanto às crianças menores quanto às maiores, e instalados de forma a garantir sua segurança, entendemos que esses espaços seriam locais privilegiados para as brincadeiras infantis, por permitirem a movimentação e a exploração do espaço. Entretanto não foi isso que constatamos nas creches.



Sem esses espaços, as crianças brincavam e se movimentavam, apenas, no espaço da sala do Berçário que era um espaço restrito e com mobiliário o que, muitas vezes, impediam as brincadeiras mais livres e deixavam as educadoras apreensivas com receio de que as crianças se machucassem.

Não foi sem motivo que a maior parte do tempo as crianças permaneceram nas salas de Berçário, sem saírem para outros locais das creches. Como elas poderiam ocupar outros espaços se eles são inexistentes? Daí permanecerem “confinadas” nas salas de atividades e repouso do momento da chegada até a saída. Para nós, por trás disso está uma concepção de Educação Infantil que entende a instituição como lugar de guarda e tutela, preocupada com as questões de alimentação, higiene e sono e não com o desenvolvimento integral das crianças, conforme expõem Rosemberg (1989), Kramer (2003), Kulhmann Jr. (2007, 1998), Oliveira (2005) e Dias (2005).

Sobre as salas para o Berçário (de atividade e de repouso), destacamos os parâmetros 7.7, 7.8 e 7.9 que afirmam que

7.7. As janelas, além de proporcionarem ventilação e iluminação adequadas, devem estar sempre ao alcance do usuário mirim, estabelecendo a integração e a visualização do ambiente externo, além de propiciar conceitos topológicos (dentro/fora, longe/perto, etc).

7.8. Com relação ao tamanho das salas de atividades, algumas pesquisas relacionadas à adequação do espaço para o desenvolvimento da criança e como ela o organiza vêm sendo realizadas com o intuito de entender como este é percebido e apropriado pela criança.

7.9. Crianças menores organizam-se em ambientes pequenos ou em ambientes cheios de recantos menores, buscando segurança, aconchego e conforto; da mesma forma, preferem janelas ou vãos de abertura pequenos. Essas experiências confirmam a necessidade de adaptação à escala da criança, de maneira que elas se sintam protegidas e capazes de organizar seu espaço (BRASIL, PBIEIEI, 2006b, p. 29).

Nesses destaques, podemos afirmar que as creches visitadas não possuem um mesmo padrão arquitetônico. Não que entendamos que todas deveriam ser iguais, mas pensamos que poderiam ter dimensões semelhantes. Nas visitas, pudemos constatar que as salas são de diferentes tamanhos e as janelas são de tamanho, altura e materiais diferentes. Assim, observamos salas grandes, ventiladas e com boa iluminação e salas pequenas, quentes e escuras. Apenas uma das creches visitadas possuía janela ao alcance do “usuário mirim”, as demais possuíam janelas na altura do usuário adulto, como ilustrado nas fotos a seguir:



*Foto 10 – Janela pequena e alta*



*Foto 11 – Janelas basculantes*

Para Barbosa (2010, p. 07), “uma sala limpa, organizada, iluminada, com acessibilidade aos materiais, objetos e brinquedos é muito diferente de uma sala com muitos móveis, com objetos e brinquedos fora do alcance das crianças e escura e abafada”. Pudemos perceber essas diferenças nas salas de Berçário, pois enquanto algumas possuíam vários móveis e objetos, outras eram amplas e quase vazias. Em relação ao acesso aos brinquedos e outros materiais, o que pudemos observar foi que em todas as creches esses objetos ficavam fora do alcance das crianças, desconsiderando o livre acesso aos brinquedos como um fator importante para o desenvolvimento infantil.

Podemos afirmar, também, que nas creches visitadas a mesma sala servia como sala de atividade e de repouso, como nas fotos 12 e 13. Na foto 12, vemos dois berços e um colchão no chão, onde bebês e crianças estão dormindo. Na foto 13, vemos os berços e os colchões encostados num canto da sala, para deixar um espaço central vazio. Na hora de dormir, os berços são afastados e os colchões espalhados pela sala.



Foto 12 – Sala de atividade e repouso



Foto 13 – Sala de atividade e repouso

Apenas uma das creches visitadas possuía sala de repouso separada da sala de atividades (Fotos 14). Essa sala também era utilizada por crianças de outras turmas e não apenas pelas do Berçário.



Foto 14 – Sala de repouso

Abordando a importância da organização dos espaços infantis, Strenzel (2002, p. 3-4) enfatiza que “a organização dos espaços, dos objetos e dos brinquedos favorece as ações e interações entre adultos e crianças, num ambiente afetivo e acolhedor”. Nessa mesma direção, Carvalho e Rubiano (2001) ressaltam a importância da organização dos ambientes institucionais no desenvolvimento das crianças. Concordamos com as autoras e entendemos que esse ambiente acolhedor é imprescindível para o desenvolvimento infantil e deve se caracterizar como um ambiente educador, pensado e organizado com vistas a promover a educação das crianças.

Sobre a organização espacial das salas de Berçário, pudemos constatar que eram organizadas de maneira semelhante: armários, berços, colchões/colchonetes, mesinhas, cadeirinhas, estantes e guarda-roupas estavam dispostos encostados às paredes, deixando um espaço central vazio no qual as crianças podiam se movimentar livremente. As mesinhas e cadeirinhas, geralmente, ficavam dispostas próximo à porta de entrada da sala, permitindo que as educadoras tivessem uma visão geral da sala.

Para Carvalho e Rubiano (2001, p. 114), essa atitude parte do pressuposto de que as crianças com idade inferior a três anos precisam desse espaço amplo e vazio na sala, pois isso seria imprescindível para a realização de atividades físicas corporais que envolvem o desenvolvimento da coordenação motora global. Para as autoras, a opção por encostar o mobiliário nas paredes das salas, pode sugerir um modo de “diminuir a chance das crianças se machucarem”. Evidenciando um modelo educacional pautado no cuidado e centralizado no adulto, que “concebe a formação da criança através da centralização das atividades dirigidas pelo adulto, tanto as de cuidados físicos como as educacionais” e concebe a criança pequena “como sendo incapaz de envolver-se e manter-se em atividades, principalmente as partilhadas com coetâneos, sem a mediação do adulto”. Nessa mesma direção, Barbosa (2010, p. 7-8) afirma que a organização do ambiente infantil “nos apresenta uma concepção de infância, de educação e cuidado. Os ambientes são a materialização de um projeto educacional e cultural”.

Considerando as observações realizadas e outros dados de nossa pesquisa, principalmente os que dizem respeito à falta de formação das educadoras responsáveis pelas crianças de 0 a 3 anos de idade, compreendemos que a opção pela organização espacial da sala se deu em função dos interesses das educadoras: centralização das atividades em torno delas, possibilidade de observarem todas as crianças e precaução para que elas não se machucassem. Tal organização espacial parece desconsiderar os interesses infantis, podendo inibir as interações entre as crianças, como expõem Carvalho e Rubiano (2001). Como pudemos observar, posteriormente nos momentos de observação das salas de Berçário, essa organização espacial das salas e a centralização das atividades nos adultos fez com que as crianças se dirigissem quase que constantemente as educadoras, o que acreditamos ter dificultado a ocorrência das interações das crianças entre si.

A respeito da organização e da localização dos banheiros, destacamos os parâmetros 5.3 e 7.12 que afirmam que

5.3. Na setorização dos ambientes, os banheiros devem ser também de fácil acesso, com localização próxima às salas de atividades e às áreas de recreação e vivência, além de conter equipamentos que facilitem o uso de pessoas com necessidades especiais. Deve-se considerar ainda o atendimento aos demais usuários que utilizam os espaços (funcionários e educadores), localizando os sanitários próximos aos ambientes de trabalho (p. 25).

7.12. Nos banheiros, a autonomia das crianças vai estar relacionada à adaptação dos equipamentos às suas proporções e alcance; reservar especial atenção com a prevenção de acidentes, utilizando piso antiderrapante, principalmente próximo às áreas dos chuveiros, e cantos arredondados nos equipamentos (BRASIL, PBIEIEI, 2006b, p. 30).

Nas creches visitadas, pudemos identificar realidades diferentes no que diz respeito aos banheiros, tanto em relação à sua localização quanto à sua organização. Quanto à localização, em algumas creches o banheiro localizava-se dentro da sala; em outras, do lado de fora, mas vizinho à sala; e em outras se localizava distante da sala. Sobre a organização dos banheiros, podemos afirmar que, em geral, estavam de acordo com as recomendações e possuíam equipamentos adequados ao uso infantil, mesmo assim, os localizados dentro das salas de atividades só possuíam um vaso sanitário, uma pia e um chuveiro. Vale ressaltar que os banheiros de algumas das creches estavam em péssimas condições de conservação.



Foto 15 – Banheiro



Foto 16 – Banheiro

Queremos destacar, ainda, que nas creches onde os banheiros se localizavam próximos ou dentro da sala favorecia um melhor atendimento das crianças e evitava que elas ficassem muito tempo esperando para terem as suas necessidades de higiene atendidas. Nas creches onde os banheiros eram distante das salas, pudemos observar que as crianças ficavam esperando a hora de tomar banho e depois ficavam esperando todos acabarem para voltarem para a sala e se vestirem.

Para Carvalho e Rubiano (2001, p. 110), os espaços destinados às crianças precisam promover o desenvolvimento de competências, ou seja, “deve ser planejado para dar oportunidade às crianças desenvolverem domínio e controle sobre seu habitat, fornecendo instalações físicas convenientes para que as crianças satisfaçam suas necessidades [...] sem assistência constante”. A partir de seus estudos, as autoras afirmam que os banheiros das creches, além de terem equipamentos adequados (pias e vasos no tamanho das crianças), também deveriam ter as torneiras dos chuveiros, os interruptores das lâmpadas e os cabides para roupas e toalhas na altura das crianças. Para nós, a proposta das autoras é muito importante para o desenvolvimento das crianças, o que exigiria a reorganização/reforma dos espaços das creches e a necessidade de que as educadoras fizessem a mediação pedagógica necessária para permitir uma maior independência das crianças.

O que gostaríamos de enfatizar aqui é a importância das creches possuírem banheiros dentro das próprias salas de atividade. Pudemos constatar o quanto isso facilita o trabalho das educadoras com os cuidados com os bebês, e também poderia possibilitar uma maior independência das crianças maiores, que poderiam ir sozinhas ao banheiro e não estariam fora do campo de atenção das educadoras.

Sobre a sala das professoras, podemos afirmar que as creches visitadas não possuíam sala de professores, algo que é tão comum nas escolas de Ensino Fundamental. Refletindo sobre isso, pensamos que uma primeira explicação decorra do fato de muitas creches terem sido construídas num contexto de vinculação com a Secretaria de Bem Estar Social, que privilegiava um modelo assistencial pautado no cuidado. Mesmo no atual contexto, de vinculação com a Secretaria de Educação, e dessas instituições serem definidas como espaços de cuidado-educação pudemos perceber que o modelo anterior ainda encontra-se presente. No caso das educadoras do Berçário, que atendem crianças menores de 3 anos, o que constatamos foi que elas não são professoras, mas sim Auxiliares de sala de creches e a maioria delas possui, apenas, o ensino fundamental completo.

O segundo aspecto observado dizia respeito ao mobiliário, tanto da sala de atividades quanto da sala de repouso. Nesse aspecto, na sala de atividades nos interessava verificar cadeiras, mesas, prateleiras e armários ou estantes para os materiais. E na sala de repouso, nos interessava verificar os berços, colchões e armários.

No que diz respeito ao mobiliário, destacamos os parâmetros 7.1 e 7.3 que afirmam que

7.1. A adaptação do mobiliário, dos equipamentos e do próprio espaço à escala da criança permite uma maior autonomia e independência, favorecendo o processo de desenvolvimento a partir de sua interação com o meio físico. Estantes acessíveis, com diversidade de materiais educativos disponíveis, bem como cadeiras e mesas leves que possibilitem o deslocamento pela própria criança, tornam o ambiente mais interativo e coerente à ideia de construção do conhecimento a partir da ação e da intervenção no meio.

7.3. Definir mobiliário também em função de sua resistência, durabilidade, segurança (prevenção de quedas, quinas arredondadas), índice de reflexão luminosa e manutenção (BRASIL, PBIEIEI, 2006b, p. 28-29).

Sobre essa questão, afirmamos que as creches visitadas atendiam em parte a essas recomendações. Com relação à sala de atividades, todas as creches possuíam mesinhas e cadeirinhas de tamanho reduzido, adequadas às crianças. Entretanto, com relação aos armários, prateleiras e guarda-roupas (quatro creches possuem esse mobiliário), alguns se encontravam em condições precárias e os materiais ficavam fora do alcance das crianças. E com relação aos mobiliários destinados ao sono e repouso das crianças, muitos colchões eram novos, mas os berços estavam em péssimas condições.

O terceiro aspecto observado foram os materiais (didáticos, brinquedos e de higiene) das creches. Nesse ponto, nos chamou a atenção o fato das profissionais relatarem a falta de materiais didáticos (como papel, lápis, tintas, massinha de modelar etc.), de jogos pedagógicos e de brinquedos para as crianças. Segundo elas, os poucos brinquedos existentes eram frutos de doações e, como vimos, estavam velhos, sujos e/ou quebrados. Os brinquedos mais novos, porém, eram em número reduzido em relação à quantidade de crianças. Exemplos disso são as fotos a seguir que ilustram essa precariedade.



Foto 17 – Estante com brinquedos



Foto 18 – Brinquedos em cima do guarda-roupas

Diante do observado, nos perguntávamos: esses brinquedos estavam ao alcance de quem? Esse espaço era para as crianças? E a sua possibilidade de autonomia?

E, a partir das contribuições de Carvalho e Rubiano (2001) podemos afirmar que esses espaços foram pensados para os adultos e não para as crianças, uma vez que elas não podiam ter acesso e explorar os brinquedos quando quisessem, ficando na dependência dos adultos para lhes possibilitar ou negar acesso aos brinquedos.

Outro ponto que nos chamou a atenção, no documento nacional, foi a recomendação em relação às cores que deveriam ser priorizadas na pintura das instituições. Nesse quesito, queremos destacar os parâmetros 7.14 e 7.15 que afirmam que

7.14. As cores têm importância fundamental para os ambientes destinados à educação da primeira infância, pois reforçam o caráter lúdico, despertando os sentidos e a criatividade. O uso da cor, além do papel estimulante ao desenvolvimento infantil, pode ser também um instrumento de eficaz de comunicação visual, identificando ambientes e setores.

7.15. Os diferentes ambientes e setores da edificação das UEIs requerem tratamentos diferenciados. Como regra geral, nos espaços em que é necessária maior concentração, como as salas de atividades e a biblioteca, por exemplo, devem ser evitadas as cores quentes, mais fortes e excitantes, destinando essas cores para elementos e detalhes da construção. Nesses ambientes, recomenda-se o emprego de tons mais suaves, em nuances pastéis, como o verde, o bege, o marfim para as paredes e o branco para o teto. Já nos ambientes de recreação e vivência, as cores primárias, em tons mais fortes, podem ser usadas para enfatizar o caráter lúdico, marcando setores de atividades e destacando-se na paisagem natural. As salas de atividades podem ser pintadas de cores diferentes de acordo com a idade do grupo que abriga, criando um sentido de apropriação e identidade para a criança (BRASIL, PBIEIEI, 2006b, p. 28-31).

Com relação à escolha das cores, parece que o município desconhecia essa recomendação. As escolas e creches municipais tinham paredes, detalhes nas paredes, portões, portas, grades, janelas e alguns mobiliários pintados na cor vermelha, como podemos visualizar nas diversas fotos apresentadas.

Ainda sobre a questão da pintura, queremos destacar as pinturas ou os desenhos e ilustrações que decoravam os ambientes das creches. Como afirma Barbosa (2008), os ambientes das creches devem ser bonitos e aconchegantes para proporcionar experiências visuais agradáveis. Para isso, não podem estar sobrecarregados de imagens, objetos ou pinturas. As imagens, pinturas ou ilustrações existentes devem estar em uma altura que permita



estar no campo visual das crianças. Nesse sentido, as fotos a seguir nos mostram que em algumas creches as ilustrações e pinturas estavam muito altas, fora do campo visual das crianças (fotos 19, 20 e 21). Apenas a foto 22 é exemplo de uma ilustração que estava na altura das crianças.



Foto 19



Foto 20



Foto 21



Foto 22

Daí nos perguntamos: essas ilustrações/decorações eram destinadas a quem? Às crianças ou aos adultos? Para nós, a função delas parece estar mais ligada à decoração do ambiente da creche para os visitantes do que para as crianças que utilizam aquele espaço cotidianamente, uma vez que as ilustrações estavam no campo de visão dos adultos e fora do campo visual das crianças.

Após analisarmos o que estabelece o documento nacional e confrontarmos com a realidade encontrada nas creches, podemos afirmar que o município teria um longo caminho a percorrer para se adequar aos parâmetros de qualidade e de infraestrutura estabelecidos

nacionalmente, com vistas a melhorar a qualidade do atendimento às crianças nas creches municipais.

Ao confrontarmos nossas observações com as contribuições dos autores estudados, podemos afirmar que as instituições não estavam preparando ou planejando a organização do espaço de modo a proporcionar um ambiente capaz de favorecer o desenvolvimento das crianças. Segundo as autoras, os ambientes destinados às crianças precisam ser ricos e estimuladores dos vários sentidos. Entretanto, como afirmam Carvalho e Rubiano (2001), os ambientes das creches têm sido “pobrementemente” planejados. E foi isso que constatamos nas creches municipais visitadas.

As principais dificuldades encontradas foram em relação à infraestrutura das instituições e a falta de mobiliário, materiais e equipamentos para um melhor trabalho com as crianças. Desse modo, as crianças acabavam passando a maior parte do tempo dentro de uma sala com pouco espaço, brinquedos e atrativos, incapaz de lhes garantir o direito de se desenvolverem de forma plena e integral.

Nesse sentido, argumentamos sobre a necessidade de que haja uma maior fiscalização por parte do poder público com o objetivo de garantir que o direito a uma Educação Infantil de boa qualidade seja efetivado. Para tanto, acreditamos ser necessário um acompanhamento efetivo por parte dos governos estadual e federal, bem como por parte da sociedade civil, no sentido de verificar se os municípios estão cumprindo as recomendações e as exigências fixadas e se estão, de fato, garantindo um atendimento educacional com qualidade social para as crianças atendidas em suas creches e pré-escolas.

Tomando por base as contribuições de Carvalho e Rubiano (2001), Silva e Cunha (2007) e Thiago (2007), entendemos serem necessárias algumas ações por parte da Secretaria Municipal de Educação, dentre elas podemos citar a compra de mobiliário, brinquedos, parquinhos e materiais didáticos, bem como a distribuição de materiais de consumo para o trabalho pedagógico com as crianças.

No que diz respeito à organização das salas, a sugestão da organização por “zonas circunscritas<sup>4</sup>”, proposta por Carvalho e Rubiano (2001), nos dá pistas interessantes para a reorganização desses espaços e os exemplos práticos apresentados por Silva e Cunha (2007) e

---

4 De acordo com Carvalho e Rubiano (2001, p. 118), “zonas circunscritas são áreas espaciais claramente delimitadas pelo menos em três lados por barreiras formadas por mobiliário, parede, desnível do solo etc”.

Thiago (2007) nos mostram as possibilidades disso ser feito sem muitos gastos e a partir do que já existe na própria sala ou na creche.

Essas mudanças poderiam ser feitas pelas próprias educadoras, professoras e gestoras das instituições, com o apoio e a supervisão das profissionais do Departamento de Educação Infantil da Secretaria de Educação. Tal reorganização não diminui a responsabilidade do governo local como mantenedor da creche e, portanto, responsável pela aquisição de materiais necessários ao cuidado-educação das crianças nas instituições municipais.

Para que essas mudanças sejam realizadas é preciso que as próprias instituições e suas profissionais sintam a necessidade dessa mudança. Entretanto, pelo que pudemos observar no contexto dos Berçários, as educadoras reclamavam da falta de materiais e de brinquedos para as crianças, mas não pensavam na mudança de suas práticas. Nem poderiam fazê-lo uma vez que essas profissionais não possuíam formação docente, nem eram instigadas a refletirem sobre suas práticas.

#### **4. Considerações Finais**

As reflexões desenvolvidas neste texto se encaminharam no sentido de reafirmar a Educação Infantil como direito das crianças, dever do Estado e opção das famílias, como expressos na Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

A partir da compreensão de que as crianças são sujeitos de direitos, o interesse foi discutir a organização dos espaços das creches em seus diferentes aspectos (teóricos, normativos e empíricos) e a partir de parâmetros nacionalmente estabelecidos, compreendendo que tal organização pode ou não favorecer o trabalho ali desenvolvido, podendo contribuir ou dificultar as aprendizagens e o desenvolvimento infantis.

No contexto do município, o que pudemos constatar, na maior parte dos aspectos observados, foi a desconsideração dos parâmetros nacionais e a falta de planejamento e organização dos espaços. Na maioria das creches, o que observamos foi a falta de equipamentos, brinquedos, objetos e materiais importantes e necessários para a realização de um trabalho pedagógico de boa qualidade, capaz de favorecer o desenvolvimento pleno e integral das crianças ali atendidas, com destaque para as crianças menores de 3 anos de idade.

Esses aspectos ficaram evidentes ao confrontarmos o que recomendava o documento nacional e o que observamos nas creches, pautando-nos nas observações registradas no Diário de Campo da pesquisa e retratadas nas fotos apresentadas. A análise dos aspectos destacados mostrou os descompassos identificados entre os documentos nacionais e locais e aquilo que ocorria nas creches.

Para nós, a análise desses descompassos retoma a discussão da não superação da dicotomia cuidar e educar, bem como da concepção assistencialista de Educação Infantil que ainda permeia as concepções sobre crianças e a organização das instituições no contexto municipal. Se a creche ainda é entendida como o lugar do cuidar, não importam sua organização, os materiais e equipamentos nela disponíveis, nem a formação de suas profissionais, desde que cumpram o seu papel de cuidar das crianças.

Tais concepções, no entanto, estão em desacordo com o que vem sendo discutido no campo teórico, e o que se recomenda no campo legal e normativo. E mais, tais concepções e práticas desconsideram as crianças como sujeitos de direitos e produtoras de cultura, negando-lhes o acesso a uma Educação Infantil de boa qualidade.

Assim, a discussão da importância da organização dos espaços das creches com vistas a proporcionar o desenvolvimento das crianças, na interface entre o teórico, o normativo e aquilo que observamos nas creches, retoma a discussão da importância do planejamento das instituições e das práticas pedagógicas/curriculares ali desenvolvidas. E se articula com a necessária formação dos profissionais que atuam nessas instituições, bem como com a luta para fazer valer na prática os avanços já alcançados.

Por fim, reafirmamos a importância da organização dos espaços de Educação Infantil no sentido de favorecer as diferentes interações entre as crianças e entre adultos e crianças no contexto das instituições, com vistas a proporcionar seu desenvolvimento. Para tanto, faz-se necessário que tal organização seja pensada e planejada coletivamente por aqueles que fazem parte da instituição para que, assim, possam cumprir a função social de cuidar/educar de forma indissociável as crianças de zero a cinco anos de idade.

## Referências

AMORIM, Ana Luisa Nogueira de. **Sobre educar na creche: é possível pensar em currículo para crianças de zero a três anos?** 333 f. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

ARCE, Alessandra; SILVA, Janaina Cassiano. É possível ensinar no berçário? O ensino como eixo articulador do trabalho com bebês (6 meses a 1 ano de idade). In: ARCE, Alessandra; MARTINS, Ligia M. (Org.). **Ensinando aos pequenos de zero a três anos**. Campinas, SP: Alínea, 2009. p. 163-185.

BARBOSA, Maria Carmem. As especificidades da ação pedagógica com os bebês. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Consulta pública sobre orientações curriculares nacionais da educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB/COEDI, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=15860&Itemid=1096](http://portal.mec.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15860&Itemid=1096)>. Acesso em: 27 novembro 2010.

\_\_\_\_\_. A prática pedagógica no berçário. In: XXIII ENCONTRO NACIONAL DO MIEIB, *Anais do Seminário Nacional de Educação Infantil*, 2008. Disponível em: <[http://www.concepto.com.br/mieib/docs/w-texto\\_maria\\_carmem\\_barbosa.pdf](http://www.concepto.com.br/mieib/docs/w-texto_maria_carmem_barbosa.pdf)>. Acesso em: 19 setembro 2010.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; RICHTER, Sandra Regina Simonis. Os bebês interrogam o currículo: as múltiplas linguagens na creche. In: 17º CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, Campinas, 2009, Anais. Campinas, SP: UNICAMP, 2009. Disponível em: [http://www.alb.com.br/anais17/txtcompletos/sem14/COLE\\_3237.pdf](http://www.alb.com.br/anais17/txtcompletos/sem14/COLE_3237.pdf)>. Acesso em: 19 setembro 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da qualidade na educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. v. 2. Brasília, DF: MEC/SEB/DPE/COEDI, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB/DPE/COEDI, 2006b.

\_\_\_\_\_. **Política nacional de educação infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, DF: MEC/SEB/DPE/COEDI, 2005.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394/1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial 23 dez 1996b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em: 11 janeiro 2011.

CARVALHO, Mara I. Campos de; RUBIANO, Márcia R. Bonagamba. Organização do espaço em instituições pré-escolares. In: OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. (Org.). **Educação infantil: muitos olhares**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 107-130.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

DIAS, Adelaide Alves. Direito e obrigatoriedade na educação infantil. In: DIAS, Adelaide Alves; SOUSA JUNIOR, Luiz. **Políticas públicas e práticas educativas**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005. p. 15-30.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Biblioteca da Educação – Série 1 – Escola; v. 3)

KUHLMANN JR., Moysés. Educação infantil e currículo. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Marina Silveira. **Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios**. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 51-65. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; 62)

\_\_\_\_\_. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre, RS: Mediação, 1998.

MOURA, Margarida Custódio. **Organização do espaço: contribuições para uma educação infantil de qualidade**. 121f. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação)

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. In: ROSEMBERG, Fúlvia. (Org.). **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 90-103. (Coleção Temas em Destaque, 1)

SANTA RITA. Prefeitura Municipal de Santa Rita/PB. **Lei nº 1.143/2004**. Plano Municipal de Educação. Santa Rita, PB: PM/SME, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. (Org.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 17-39. (Coleção Ciências sociais da educação)

\_\_\_\_\_. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de; SARMENTO, Manuel Jacinto. (Org.). **Infância (in)visível**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2007. p. 25-49.

SILVA, Claudinéia Alzira da; CUNHA, Cristiane da. O trabalho pedagógico na creche: entre limites e possibilidades. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda. (Org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007. p. 31-49.

STRENZEL, Giandréa Reuss. A educação e o cuidado de meninas e meninos menores de três anos em creches: indicações para uma Pedagogia da Educação Infantil. **Revista zero a seis**, Florianópolis/SC, n. 7, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/~zeroseis/artigos7.html>>. Acesso em: 24 setembro 2011.

\_\_\_\_\_. Tempo de chegada na creche: conhecendo-se e fazendo-se conhecer. **Revista zero a seis**, Florianópolis/SC, n. 6, ago./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/15584/14122>>. Acesso em: 24 setembro 2011.

THIAGO, LÍlian Pacheco S. Espaço que dê espaço. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda. (Org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil**. 6. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007. p. 51-62.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Obras Escogidas** – Tomo II. Madrid: Visor, 1993.

\_\_\_\_\_. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.